

 UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO		PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO I PROG			
		ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR DO MARANHÃO I APMGD			
PLANO DE ENSINO					
Centro: Centro de Ciências Sociais Aplicadas – CCSA					
Curso: CFO – PM		Departamento: Departamento de direito, economia e contabilidade - DDEC			
Disciplina: Direito Penal - Parte Geral			Código: ASL232N213		
Carga Horária: 60h		Créditos: 4		Pré-requisito: sem	
Professor(a): Heleno Medeiros Lima			Matricula:		Titulação:
Semestre Letivo/Ano: 2º semestre					
Tutor(a) / (EaD): não aplicável.					
1 Ementa					
Evolução Histórica. Conceito e Inter-Relacionamento com Ciências afins. Fontes do Direito Penal Brasileiro. O penal Brasileiro. O princípio da Reserva Legal. A Lei Penal no Tempo e no Espaço. Conceito de Crime e suas Divisões. Sujeitos e Objetos do Direito Penal. Crime Consumado e Tentativo. A Conduta Criminosa e o Elemento Volitivo: Dolo e Culpa. Culpabilidade. Antijuridicidade. Pena: Conceito e Classificação. Aplicação das Penas e Medidas de Segurança. A ação Penal e suas Espécies. Extinção da Punibilidade.					
2 Objetivo Geral					
Possibilitar ao aluno a compreensão dos conceitos básicos (no sentido de fundamentais) do Direito Penal					
3 Objetivos Específicos					
1. Apresentar a Evolução Histórica do Direito Penal Brasileiro. 2. Conhecer as Teorias que fundamentam o Direito Penal Moderno. 3. Perceber a Importância e a Aplicação dos Conceitos Iniciais para o Profissional que atua na área Criminal. 4. Instigar os alunos a fazer Pesquisa Científica na área de Direito Penal. 5. Capacitar os alunos para responder as diversas questões objetivas e discursivas dos concursos públicos da área jurídica.					
4 Conteúdo Programático					C/H
Unidade Temática 1 - Teoria da norma penal Introdução Princípios fundamentais do Direito Penal Princípio da Reserva Legalidade					

Reserva Legal Anterioridade Princípio da Intervenção Mínima Princípio da Legalidade Princípio da Adequação Social	10
Princípio da Lesividade Princípio da Insignificância Princípio da Responsabilidade Pessoal Princípio da Proporcionalidade Princípio do Ne Bis in Idem Princípio da humanidade Princípio da Individualização da Pena Outros Princípios	
Unidade Temática 2 - Evolução Histórica e Doutrinária do Direito Penal Movimento de Lei e Ordem (Direito Penal do Inimigo) Abolicionismo Direito Penal do Mínimo	5
Unidade Temática 3 - Aplicação da lei penal Lei Penal em Branco Lei Penal no Tempo Conflito Aparente de Leis Penais Lei Penal no Espaço Imunidades	5
Unidade Temática 4 - Teoria do crime Crime e Contravenção Penal Conceito Analítico de Crime Teoria Bipartida Teoria Tripartida	5
Unidade Temática 5 - Classificação dos Crimes Fato Típico Conduta Dolo/Omissão	5
Unidade Temática 6 - Resultado Material Formal Mera Conduta	5
Unidade Temática 7 - Nexo causalidade Relação de Causalidade Concausas Teoria da Imputação Objetiva	5
Unidade Temática 8 - Tipicidade Princípio da Intervenção Mínima Princípio da Legalidade Princípio da Adequação Social Princípio da Lesividade	

Princípio Responsabilidade Pessoal Princípio da Proporcionalidade Princípio do Ne Bis In Idem Princípio da Humanidade Princípio da Individualização da Pena Outros Princípios	20
Carga Horária Total	60
5 Procedimentos Metodológicos	
As aulas serão desenvolvidas de forma interativa, eventualmente com projeção multimídia, mas sempre exposição dialogada, discussão e problematização dos assuntos. Serão realizados exercício de resolução de questões de concursos públicos para fixação do conteúdo, além de pesquisas individuais e coletivas.	
6 Recursos Didáticos	
Quadro, data show, internet, exposição dialogada.	
7 Avaliação	
Serão 3 (três) avaliações, compostas por provas e/ ou trabalhos. As provas terão questões objetivas e discursivas, envolvendo direta ou indiretamente os temas debatidos em sala de aula, podendo as questões serem retiradas dos concursos públicos para as carreiras da magistratura, ministério público, defensorias, advocacias públicas e de outros cargos que requeiram formação jurídica, bem como das provas da OAB e do ENADE. Os trabalhos deverão ser elaborados na forma descrita na associação brasileira de normas técnicas-ABNT e abordarão temas definidos oportunamente.	
8 Atividades Práticas	
Parte da disciplina é ministrada em laboratório com munido de: protoboards, componentes, multímetros e fontes.	
9 Referência Básica	
1. BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de Direito penal. Parte Geral. Vol. 1. 17ªed.sao Paulo, 2013. 2. GREGO, Gregório. Curso de Direito Penal. Parte Geral. Vol. 15ªed..Sao Paulo: Impetus, 2013. 3. MASSON, Cleber. Direito penal Esquematizado. Parte Geral. Vol. 6º ed. São Paulo: Método, 2012. 4. NUCCI, Guilherme de Souza. Direito Penal. Parte Geral. Vol. 1. 2º ed. São Paulo: RT, 2012. 5. MIRABETE. Júlio Fabbrini; FABBRINI, Renato. Manual de Direito Penal. Parte Geral. Vol. 1. 27ªed.Rev. e atual. Brasília: Atlas, 2013.	
10 Referência Complementar	
1. GRECO, Rogerio. Direito Penal do Equilíbrio. Uma Visão Minimalista do Direito Penal. 6º ed. rev. amp. E atual. Rio de Janeiro: Impetus, 2011. 2. BITENCOUT, Cezar Roberto. Erro de Tipo e Erro de Proibição: Uma Análise Comparativa. 4 ed. São Paulo: Saraiva 2007.	

3. SALIM, Alexandre Aranalde. **Teoria da Norma Penal**. Serie Concursos. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2008.

Data de emissão: / /

SÃO LUÍS – MA, APROVADO EM: ____/ ____/ 20____



Docente responsável
(NOME)
(MATRÍCULA)

Dra. Vera Lúcia Bezerra Santos
Diretora do CFO/PMMA